

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROFESSORES DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Mariana Alves de Souza Gama Oliveira

Faculdade de Odontologia de Pernambuco (FOP)
marigama24@hotmail.com

Sandra Conceição Maria Vieira

Faculdade de Odontologia de Pernambuco (FOP)
sandra.vieira@uol.com.br

Kalina Vanderlei Paiva da Silva

Universidade de Pernambuco (UPE)
kalinavan@uol.com.br

Maria do Rosário de Fátima Brandão Amorim

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
mrfbamorim@gmail.com

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo realizar uma revisão integrativa, com a seguinte questão norteadora: quais são as Representações Sociais dos professores de alunos com deficiência? O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados, pelo endereço eletrônico do portal de periódicos da CAPES, de março a abril de 2015. Para a busca de informações sobre o assunto proposto, foram utilizados os seguintes descritores combinados com o operador lógico: "Representações Sociais AND Deficiência"; Representações Sociais AND Educação Inclusiva". Analisaram-se todos os estudos por meio dos títulos e resumos, tendo sido selecionados oito estudos. De acordo com o local da pesquisa, apenas um trabalho foi realizado em Portugal, e os outros sete, no Brasil. Quanto ao ano de publicação, publicou-se apenas um artigo em 2002, 2006, 2007, 2008, 2010; em 2012, dois; e um, em 2013. Todos os artigos apresentaram uma abordagem de caráter qualitativo. Os estudos tiveram como objetivo investigar, explorar, identificar, determinar e analisar as Representações Sociais dos professores em relação aos alunos com deficiências e a inclusão desses alunos com necessidades educativas especiais. Os resultados relatados mostraram como as Representações Sociais dos professores trabalharam de formas diversificadas com esses alunos. Os professores dos estudos abordados, em sua maioria, ainda encontram-se presos a uma representação social arraigada de muitos preconceitos e estereótipos. É necessário, portanto, que haja um amplo e contínuo esclarecimento sobre as potencialidades desses alunos para que mudanças atitudinais ocorram.

Palavras-chave: Representações Sociais. Docentes. Deficientes.

ABSTRACT: This study aims to carry out an integrative review, the following guiding question: what are the social representations of teachers of students with disabilities? The literature review was conducted in the databases by the electronic address of CAPES periodical portal, between March and April 2015. To search for information on the proposed subject, we used the following descriptors combined with the logical operator: "Representations social AND Disabilities "; Social representations AND Inclusive Education ".

Was analyzed all studies through the titles and abstracts. Thus, eight were selected studies. De according to the search location, only one study was conducted in Portugal and the other seven were in Brazil. As the year of publication, only one item has been published each year 2002, 2006, 2007, 2008, 2010, two in 2012 and one in 2013. All items presented a qualitative approach. The studies were designed to investigate, explore, identify, determine and analyze the social representations of teachers in relation to students with disabilities and including these pupils with special educational needs. Reported results showed the social representations of diverse form of teachers to work with these students. The teachers of the published studies, mostly, are still stuck in a social representation of many entrenched prejudices and stereotypes. It is necessary, therefore, that there is a broad and continuous insight into the potential of these students so that attitudinal changes occur.

Keywords: Social Representations. Teachers. Disabled.

Introdução

De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS (2004), 10% da população mundial possuem algum tipo de deficiência, da qual 5% são de pessoas com deficiência mental; 2% com deficiência física; 1,5% com deficiência auditiva; 0,5% com deficiência visual e 1% com deficiência múltipla. No Brasil, de acordo com o censo de 2010, 23,9% da população brasileira, isto é, 45.623.910 milhões de pessoas, têm alguma deficiência (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2010). Esses dados mostram a realidade dessa população, que está presente, de forma significativa, na sociedade e não pode ser negligenciada (SILVA; GÓES; PACHECO, 2010).

Acredita-se que, mesmo com o grande avanço de pesquisas sobre o tema, ainda há muito preconceito por parte da sociedade no que se refere às pessoas com deficiência. Num passado não muito distante, elas eram vistas e tratadas pela sociedade e, até mesmo, pelos próprios pais como “anormais” e inferiores (PANDORF et al., 2013).

Historicamente, esse julgamento passa de geração a geração, sob a forma de conhecimentos ou representações sociais, que orientam nossa prática social de maneira dinâmica e sujeita a modificações. Esse dinamismo e essas modificações vêm afetando, na história da humanidade, “o modo de ver” as pessoas com deficiência (MUSIS; CARVALHO, 2010).

O termo “Representação Social” (RS) foi descrito por Moscovici (2004) e pode ser definido como conhecimentos práticos do senso comum, que representam um conjunto de ideias originadas a partir da vida cotidiana, mediante relações sociais

que são estabelecidas entre grupos sociais ou pessoas de um mesmo grupo. As opiniões, imagens e atitudes são veículos dessa representação, que norteiam comportamentos e identificam sujeitos nos grupos sociais, intervindo diretamente na realidade e nos processos de produção de conhecimento do indivíduo, determinando o tipo de relação entre eles, podendo levar, muitas vezes, a visões distorcidas e estereotipadas a respeito de um determinado assunto (REIS; BELLINI, 2011). Assim, a representação social é um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes. Algumas coisas que parecem estranhas e perturbadoras têm também algo a ensinar sobre a maneira como as pessoas pensam e o que as pessoas pensam (MOSCOVICI, 2004).

A família e a escola são instituições que exercem grandes influências no desenvolvimento do indivíduo e que formam suas representações sociais. Essas instituições têm um ponto em comum: preparar os indivíduos para atuarem na sociedade, uma vez que nascem em um mundo já estruturado pelas representações sociais (PACHECO; OLIVEIRA, 2011).

Sendo a escola uma instituição responsável pela formação das Representações Sociais dos indivíduos, os professores devem estar qualificados para o atendimento especializado às pessoas com necessidades educacionais especiais, como garante a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (OLIVEIRA-MENEGOTTO; MARTINI; LIPP, 2010). A lei, portanto, assegura a importância da qualificação dos docentes, embora, na prática, essa questão ainda esteja muito incipiente. Em função disso, Voivodic (2007) relata a importância de implementar ações de apoio e mediação para que a inclusão seja efetivada. A inclusão realmente acontece quando ninguém fica fora da escola, onde todos, independentemente de suas limitações, possam juntos desfrutar do mesmo espaço, sendo aceitos e respeitados com suas diferenças, tendo as mesmas oportunidades. Assim, o primeiro passo a ser dado para que a inclusão aconteça é que a escola ofereça a todos as mesmas oportunidades, fazendo com que todas as crianças cresçam, desenvolvam e evoluam enquanto seres humanos, capazes de participar de sua própria construção educativa. Caso contrário, não só perdem as pessoas com deficiência mas também perde toda a comunidade escolar, que deixa de vivenciar a diversidade e conhecer suas riquezas (PACHECO; OLIVEIRA, 2011). Porém, o processo de inclusão

depara-se com um grave problema: de um lado, existe a obrigatoriedade das escolas em receberem os alunos que, até então, eram encaminhados para as classes e escolas especiais, e, de outro, a falta de preparo e a capacitação dos professores para lidar com a inclusão de pessoas com deficiência em suas classes (OLIVEIRA-MENEGOTTO; MARTINI; LIPP, 2010).

Acredita-se ainda que as representações dos professores sobre seu papel na aprendizagem de pessoas com deficiência podem seguir uma lógica da escola meritocrática e hegemônica, que exclui todos que não se ajustem aos padrões de aluno eficiente (SANTOS; OLIVEIRA, 2012). Assim, a maneira como a pessoa com deficiência é vista pode implicar avanço ou atraso no seu desenvolvimento e aprendizagem, visto que as representações sociais às quais está sujeita vão permitir o seu desenvolvimento e sua formação, enquanto indivíduos potencialmente capazes de aprender (PACHECO; OLIVEIRA, 2011).

O presente estudo tem por objetivo realizar uma revisão integrativa, com a seguinte questão norteadora: quais são as Representações Sociais dos professores de alunos com deficiência?

Metodologia

Este estudo abordou o tema Representações Sociais dos professores de alunos com deficiência por meio do método de revisão integrativa da literatura. As representações sociais revelam uma grande importância no processo de ensino-aprendizagem, na medida em que acabam por influenciar as práticas sociais. Portanto, as representações sociais dos professores sobre o aluno com deficiência irão orientar as suas atitudes e promover comportamentos de inclusão (MUSIS; CARVALHO, 2010).

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados, pelo endereço eletrônico do portal de periódicos da CAPES, no período de março a abril de 2015. Para a busca de informações sobre o assunto proposto, foram utilizados os seguintes descritores combinados com o operador lógico: “Representações Sociais AND Deficiência”; Representações Sociais AND Educação Inclusiva”.

Foram encontradas 196 publicações utilizando o termo “Representação Social and Deficiência”; 46 publicações com o termo “Representação Social and Educação Inclusiva”, totalizando 242 estudos.

Analisaram-se todos os estudos por meio dos títulos e resumos. E para uma melhor abordagem do tema proposto, os critérios de inclusão que nortearam a seleção da amostra foram: publicações em forma de artigo científico ou tese, disponíveis eletronicamente, nos idiomas inglês, português e espanhol, publicados em qualquer ano. Adotaram-se como critérios de exclusão pesquisas não condizentes com o questionamento do estudo. Dessa forma, foram selecionados oito estudos, obedecendo-se à sequência resumida no fluxograma contida na figura 1.

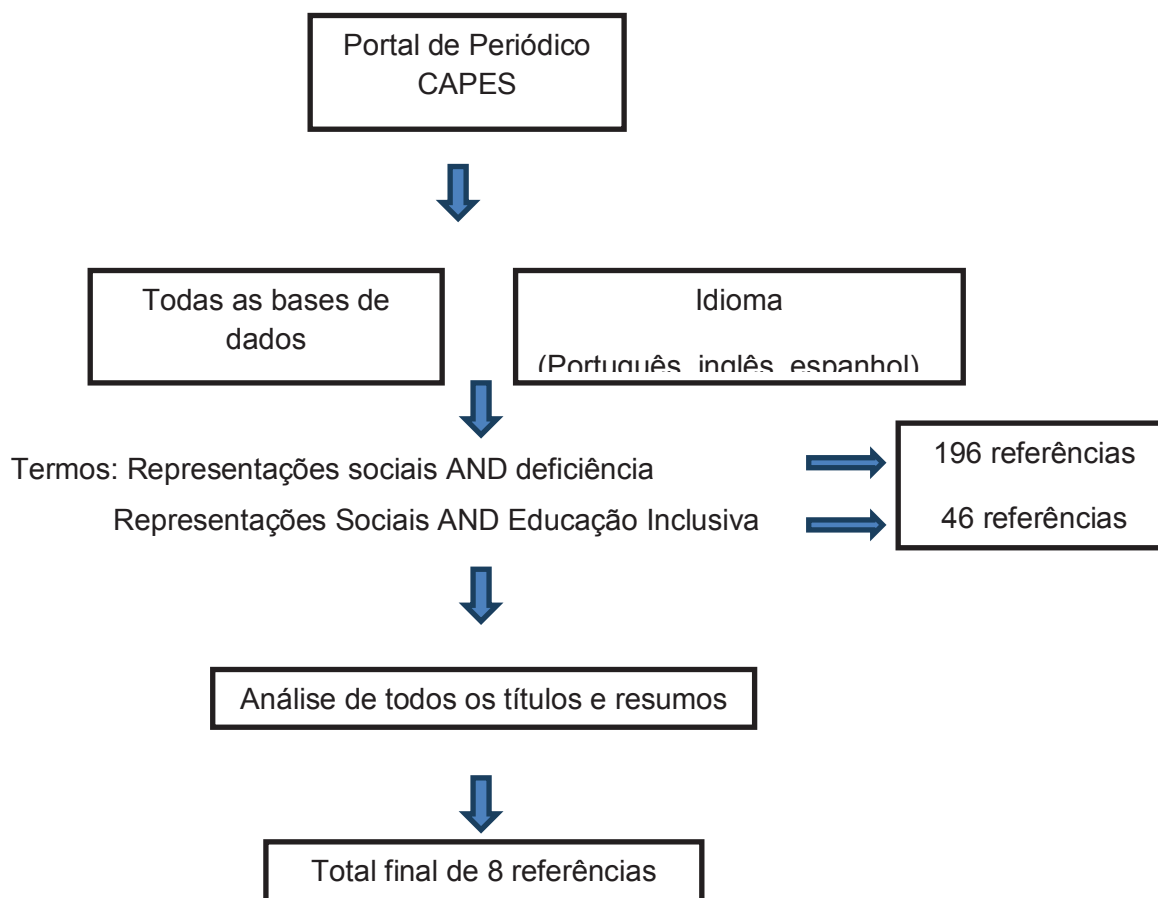


Figura 1. Levantamento Bibliográfico realizado no Portal de periódico CAPES.

Resultados e discussão

A tabela 1 contém informações gerais sobre os oito trabalhos que foram incluídos no estudo, pois apenas esses responderam à questão norteadora proposta pelo estudo. De acordo com o local da pesquisa, um trabalho foi realizado em Portugal, e os outros sete, no Brasil: quatro no estado de São Paulo, um no Mato

Grosso, um no Distrito Federal e um em Pernambuco. Observa-se uma maior concentração de estudos na região Sudeste, especificamente no estado de São Paulo, apesar de ser um dos estados brasileiros que apresenta uma menor taxa de pessoas com deficiência – 22,6%. Por outro lado, a região Nordeste é o local com maior taxa de prevalência de pessoas com, pelo menos, uma das deficiências, com 26,3% (IBGE, 2010). Esses dados demonstram que são necessários mais estudos voltados às regiões que apresentam uma maior taxa de pessoas com deficiência, visto que – embora as políticas para as pessoas com deficiência sejam, em sua grande maioria, nacionais – estados e municípios desenvolvem políticas complementares e executam ações dos programas federais.

Quanto ao ano de publicação, apenas um artigo foi publicado em 2002, em 2006, em 2007, em 2008 e 2010; dois, em 2012; e um, em 2013. Percebe-se que esse tema teve uma maior abordagem na última década. Esse fato pode estar relacionado com uma maior visibilidade dessa população devido às grandes conquistas e avanços na legislação nos últimos anos, principalmente após a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, realizada pela Organização das Nações Unidas, em 2006. Dentre suas pautas abordadas, incluiu-se também o movimento da educação inclusiva no cenário mundial. A partir de então, houve a necessidade de se redimensionar a escola e a educação como um todo para que todos os indivíduos com algum tipo de deficiência pudessem ser parte integrante das escolas (OLIVEIRA-MENEGOTTO; MARTINI; LIPP, 2010). Dessa forma, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão (BRASIL, 2008).

Tabela 1. Artigos incluídos na revisão (n=8).

Referências	Local	Ano de Publicação	Amostra
MUSIS, C. R.; CARVALHO, S. P.	Mato Grosso / MT	2010	107 alunos do curso de Pedagogia que são professores da rede pública.
GOMES, C.; REY, F. L. G.	São Paulo / SP	2007	25 profissionais de educação da rede regular de ensino fundamental.

SANTOS, M. A.; SANTOS, M. F. S.	Recife / Olinda – PE	2012	16 professores, sendo 9 com experiência na educação inclusiva.
MOREIRA, G. E.; MANRIQUE, A. L.	São Paulo / SP	2013	65 professores.
MODESTO, V. M. F.	Taguatinga / DF	2008	38 professores do ensino fundamental que atendem alunos com NEE.
MARTINS, A. E. M.	Assis / SP	2006	11 professores da rede municipal.
OLIVEIRA, A. A. S.	Marília / SP	2002	43 alunos com deficiência e 23 professores da educação especial.
FRAGOSO, F. M. R. A.; CASAL, J.	Portugal	2012	30 educadores de infância em escolas de ensino regular.

Todos os artigos apresentaram uma abordagem de caráter qualitativo, que, de acordo com Fragoso e Casal (2012), é a mais adequada nos estudos das representações sociais, porque permite a compreensão de uma realidade complexa com base na construção social do fenômeno e nas alterações dos padrões da vida cotidiana.

Os estudos selecionados tiveram como objetivo investigar, explorar, identificar, determinar e analisar as Representações Sociais dos professores em relação aos alunos com deficiências e a inclusão desses alunos com necessidades educativas especiais (Quadro 1). Para Coll (2000), o comportamento que o professor manifesta diante de seus alunos é inevitavelmente mediado pelas representações sociais, ou seja, pelo que pensa e espera deles.

Apenas o estudo de Santos e Santos (2012) relatou o aluno autista como a deficiência em questão, porém todos os outros não abordaram o tipo de deficiência que estava sendo investigada.

Os resultados mostraram como as Representações Sociais dos professores trabalharam de formas diversificadas com esses alunos. No estudo de Musis e Carvalho (2010), os professores perceberam as diferenças, mas não conviveram harmoniosamente com o diferente. Para eles, o aluno estar presente na escola é insuficiente, pois ele precisaria compartilhar com a comunidade escolar e nela atuar. Para fazer com que o aluno participe, aprenda, se realize e desenvolva seu potencial, os sujeitos da pesquisa mencionaram, de maneira enfática, que precisam

de capacitação, de formação adequada. Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002 define que as instituições de ensino superior devem prever, em seu currículo, formação docente voltada para a atenção em diversidade e que abranja conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008). Para Castro (2006), é preciso investir na formação continuada dos professores, para garantir-lhes uma formação adequada a qual possibilite uma ação pedagógica eficaz capaz de superar os medos e mitos que muitos possuem em relação à inclusão. Dessa forma, observa-se o conflito: de um lado, a obrigatoriedade da escola para receber alunos que, até então, eram encaminhados para salas e escolas especiais, e, de outro, a existência da falta de preparo e capacitação dos professores para lidar com a inclusão. Nesse sentido, trabalhar com o professor é fundamental para que haja, de forma efetiva, a inclusão (OLIVEIRA-MENEGOTTO; OLIVEIRA MARTINI; LIPP, 2010).

Um relato parecido foi descrito por Gomes e Rey (2007), cujos professores apresentaram três distintas representações. Um número reduzido de educadores impulsionaram as práticas educacionais e enfatizaram o respeito às diferenças e diversidades dos alunos, elaborando atividades diferenciadas. Uma outra representação configurada na instituição escolar por um número relevante de professores relaciona os aspectos subjetivos, que limita a inclusão escolar apenas a uma possibilidade de socialização. Ainda existe a ideia de que a escola para alunos com necessidades educacionais especiais é apenas um espaço de socialização, e isso pode ser um indício de que os professores estão ainda situados no paradigma da integração (OLIVEIRA-MENEGOTTO; OLIVEIRA MARTINI; LIPP, 2010). Uma outra representação dos professores atribui ao processo de inclusão um contexto impulsionador de práticas sociais pedagógicas, pois a inclusão escolar ainda é vista por muitos professores como uma ação muito mais humanitária que realmente educacional.

Na pesquisa de Moreira e Manrique (2013), foram verificadas amplas representações sociais. Alguns docentes envolvidos com os alunos com NEE (necessidades educacionais especiais) foram favoráveis ao movimento de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas. Tais educadores formaram um grupo que busca legitimar suas ações frente ao combate do preconceito e discriminação. Muis e Carvalho (2010) acreditam que esses dois fatores estão na mente das pessoas e

são os mais difíceis de serem superados. Outros profissionais opinaram que fortalece a não inclusão do aluno com NEE nas escolas regulares, bem como dúvidas relacionadas à inclusão do aluno com desenvolvimento atípico e como lidar com esse aluno em sala de aula. Segundo Gomes e Rey (2007), para que haja inclusão, o professor regular deve acreditar que os alunos serão bem-sucedidos, e toda a escola deve estar convicta de aceitar e compartilhar a responsabilidade em relação à aprendizagem desses alunos. E, por último, houve uma representação social que revelou uma expressiva preocupação dos docentes quanto ao fazer pedagógico. Castro (2006) afirma que é de responsabilidade da escola e dos professores criar formas alternativas de ensino e aprendizagem mais efetivas para todos. Além disso, os professores precisam estar bem informados sobre seus alunos e, com isso, fazer um planejamento que os contemple.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, (BRASIL, 1996) no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículos, métodos, recursos e organizações específicas para atender às suas necessidades.

Para Modesto (2008), 65% dos professores representaram os alunos com NEE ancorados na concepção de deficiência e nas ideias associadas ao modelo educacional de “INTEGRAÇÃO”. O mesmo foi observado nos estudos de Martins (2006), nos quais prevaleceu uma representação descrente e desfavorável em relação à inclusão escolar desse aluno. O termo integração tem sido utilizado com o objetivo de demarcar as práticas de segregação, que consistem em agrupar e retirar do ensino regular os alunos deficientes que apresentem dificuldades de adaptação ou de aprendizagem. O princípio da integração norteou, por muito tempo, os ideais da Educação Especial. Nesse modelo, em vez de a escola ter de se adequar ao aluno, o aluno é que deve se adequar à escola.

Segundo Glat e Fernandes (2011), “a educação de alunos com necessidades educativas especiais, que tradicionalmente se pautava num modelo de atendimento segregado, tem se voltado, nas últimas duas décadas, para a Educação Inclusiva”. Esse é o novo paradigma educacional, no qual o ensino regular recebe estudantes que compreendem toda a diversidade de pessoas existentes na sociedade, incluindo aqui alunos com necessidades especiais.

Esse fato acaba por impossibilitar uma adequada aprendizagem e desenvolvimento dessas crianças. Apesar de a inclusão ser atualmente o paradigma educativo dominante, os alunos com necessidades educativas especiais ainda são objeto de discriminação e, por conseguinte, de representações sociais pré-existentes. O professor está também, como o aluno, excluído de qualquer processo de reflexão (OLIVEIRA, 2002). As políticas educacionais implementadas não alcançaram o objetivo de fazer a escola comum a assumir o desafio de atender às necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2008).

No estudo de Fragoso e Casal (2012), a representação social foi, em geral, favorável ao processo de inclusão, apesar de ainda haver discriminação. O que acontece na escola é um reflexo da sociedade onde ela funciona. A escola atual, apesar de ser bastante heterogênea e receber alunos de várias raças e etnias, de diferentes religiões, de diferentes condições econômicas e físicas, como é o caso de alunos com deficiência, ainda é preconceituosa.

	Objetivo	Resultados
MUSIS, C. R.; CARVALHO, S. P. 2010	Analisar as Representações sociais de professores acerca do aluno com deficiência.	Os alunos-professores, da mesma forma que a sociedade, falam da importância de perceber as diferenças, mas não convivem harmoniosamente com o diferente/deficiente.
GOMES, C.; REY, F. L. G. 2007	Explorar as representações acerca da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais.	Os aspectos implícitos da instituição escolar acerca da inclusão escolar estão atrelados a distintas representações. A grande maioria dos profissionais delimita a proposta educacional inclusiva como possibilidade de sociabilização do aluno.
SANTOS, M. A.; SANTOS, M. F. S. 2012	Investigar, a partir da teoria das representações sociais, as ideias de senso comum que circulam entre professores acerca do autismo infantil.	Permite-se concluir que, paradoxalmente, a aproximação com o objeto não parece conduzir a uma maior familiarização. Entre os nossos entrevistados, não parece haver uma ancoragem estável para o conceito de autismo.

<p>MOREIRA, G. E.; MANRIQUE, A. L. 2013</p>	<p>Analisar as representações sociais de professores que ensinam Matemática acerca do fenômeno da deficiência, bem como saber suas opiniões e dúvidas sobre a educação do aluno com necessidades educativas especiais (NEE).</p>	<p>Os resultados revelaram a existência de opiniões diversificadas acerca do tema. Uma das representações sociais identificadas revelou um docente envolvido com os alunos com NEE, sendo favorável ao movimento de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas. Outra representação social revelou grandes preocupações dos docentes quanto ao fazer pedagógico. Por outro lado, os resultados revelaram uma terceira representação social, apontando um profissional com opiniões que fortalecem a não inclusão do aluno com NEE nas escolas regulares.</p>
<p>MODESTO, V. M. F. 2008</p>	<p>Analisar as representações sociais de professores que atuam em escolas inclusivas na rede pública de ensino, acerca do aluno com NEE, visando identificar o significado dessas representações para o processo de inclusão escolar.</p>	<p>65% dos professores representam os alunos com NEE ancorados na concepção de deficiência e nas ideias associadas ao modelo educacional de “INTEGRAÇÃO” – que considera as condições pessoais do aluno como fator determinante para o acesso, adaptação e permanência deste no contexto escolar.</p>
<p>MARTINS, A. E. M. 2006</p>	<p>Identificar as representações de professores a respeito da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular e seus desdobramentos no ambiente escolar.</p>	<p>Houve a prevalência de uma representação descrente e desfavorável em relação à inclusão escolar desse aluno. Constatou-se, ainda, que as representações que permeiam o universo escolar podem comprometer a inclusão desse aluno neste ambiente.</p>
<p>OLIVEIRA, A. A. S. 2002</p>	<p>Identificar as representações sociais presentes no universo de pensamento de alunos com deficiência e de</p>	<p>O sistema de ensino continua a refletir, quase que diretamente, as relações de produção da sociedade,</p>

	professores habilitados em uma das quatro áreas de deficiência (auditiva, física, mental e visual).	portanto o professor, visto como um elo dessa cadeia, está também, como o aluno, excluído de qualquer processo de reflexão.
FRAGOSO, F. M. R. A.; CASAL, J. 2012	Determinar as representações sociais dos educadores de infância no Conselho de Évora no Sul de Portugal, face à inclusão de crianças com necessidades educativas especiais nas escolas regulares.	A representação social é, em geral, favorável ao processo de inclusão, apesar de haver ainda discriminação das crianças com necessidades educativas, devido à falta de informação, de educação e de regras sociais, à classe social e nível econômico, a dificuldades de aceitação da diferença e das limitações físicas, como também da falta de higiene.

Quadro 1 – Objetivos e resultados dos estudos

Conclusão

Apesar da Constituição Federal de 1988 garantir que a educação é um direito de todos, que é preciso igualdade de condições de acesso e permanência na escola e que é dever do Estado ofertar atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, os professores dos estudos abordados, em sua maioria, ainda se encontram presos a uma representação social arraigada de muitos preconceitos e estereótipos, pois ainda há o paradoxo inclusão/exclusão, os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. É necessário, portanto, que haja um amplo e contínuo esclarecimento sobre as potencialidades desses alunos para que mudanças atitudinais ocorram.

Assim, enquanto esses profissionais não forem reconsiderados como sujeitos construtores e singulares, dotados de crenças, desejos, frustrações e afetos, não poderão assumir o papel de educar todo e qualquer aluno, de modificar e redirecionar sua prática profissional para ações mais igualitárias. Dessa forma, a instituição escolar continuará reproduzindo o círculo cruel da diferenciação e exclusão dos alunos.

Referências

BRASIL. *Política nacional de educação especial, 2008*. Disponível em: <<http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:POLÍTICA+NACIONAL+DE+EDUCAÇÃO+ESPECIAL+NA#2>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional, 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília, 1996.

CASTRO, S. F. *As representações sociais dos professores de alunos com Trissomia do 21 incluídos nas classes comuns do ensino regular*. 2006. 216f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2006.

COLL, C. S. Representação mútua professor/aluno, expectativas e aprendizagem escolar. In: SALVADOR, César Coll et al (orgs.). *Psicologia do ensino*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. p. 152-163.

FRAGOSO, F. M. R. A; CASAL, J. Representações sociais dos educadores de infância e a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 18, n. 3, p. 527-546, jul.-set. 2012.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. *Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://educacaoespecialmelo.blogspot.com.br/2011/06/da-educacao-segregada-educacao.html>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

GOMES, C.; REY, F. L. G. Inclusão escolar: representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da inclusão escolar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 406-417, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico de 2010: características da população e dos domicílios: resultados do*

universo. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ap&tema=censodemog2010_defic>. Acesso em: 30 nov. 2014.

MARTINS, A. E. M. *Representações de docentes sobre a inclusão escolar de alunos com deficiências na rede municipal de ensino*. 2006. 150 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/97706>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

MODESTO, V. M. F. *Inclusão escolar: um olhar sobre a diversidade: as representações sociais de professores do Ensino Fundamental da rede pública sobre o aluno com necessidades educacionais especiais*. 2008. 197f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MOREIRA, G. E; MANRIQUE, A. L. Professores que ensinam matemática, inclusão e representações sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, n. 11, 2013, Curitiba. *XI Encontro...* Paraná, 2013.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MUSIS, C. R.; CARVALHO, S. P. Representações sociais de professores acerca do aluno com deficiência: a prática educacional e o ideal do ajuste à normalidade. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 110, p. 201-217, jan./mar. 2010.

OLIVEIRA, A. A. S. *Representações sociais sobre educação especial e deficiência: o ponto de vista de alunos deficientes e professores especializados*. 2002. 325f. Tese (doutorado em educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M.; MARTINI, F. D. O.; LIPP, L. K. Inclusão de alunos com Trissomia do 21: Discurso dos professores. *Factual: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 155-168, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. *Classificação Internacional de Incapacidades, funcionalidade e saúde*. Lisboa, 2004.

PACHECO, W.; OLIVEIRA, M. Aprendizagem e desenvolvimento da criança com Trissomia do 21: representações sociais de mães e professoras. *Ciência e Cognição*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 2-14, 2011.

PANDORF, C. A. et al. Rendimento escolar do aluno com Trissomia do 21 (SD) após as férias de verão: influência da qualidade de vida e estimulação recebida da família. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 106-125, 15 dez. 2013.

REIS, S. L. D. A.; BELLINI, M. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 33, n. 2, p. 149-159, 19 dez. 2011.

SANTOS, G.; OLIVEIRA, M. Estigmas e representações sociais: desafios para a interação entre professores e alunos com Trissomia do 21. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, v. 5, n. 5, p. 55-69, 2012.

SANTOS, M. A.; SANTOS, M. F. S. Representações sociais de professores sobre o autismo infantil. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 364-72, 2012.

SILVA, A. D. N.; GÓES, G. S.; PACHECO, W. S. *Representações sociais de mães e professoras sobre a aprendizagem e desenvolvimento de crianças com Trissomia do 21*. 2010. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura plena em Pedagogia) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2010.

VOIVODIC, M. A. *Inclusão escolar de crianças com Trissomia do 21*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.